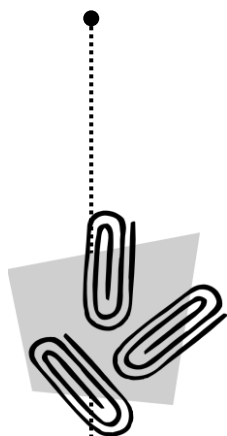
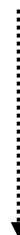


Anexo 5.04



Criação de cursos de bacharelato em vários estabelecimentos de ensino superior

(Decreto-Lei n.º 183/78, de 18 de Julho)





DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 8\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS

As três séries	Ano	2000\$	Semestre	1200\$
A 1.ª série	»	850\$	»	500\$
A 2.ª série	»	850\$	»	500\$
A 3.ª série	»	850\$	»	500\$
Duas séries diferentes	»	1600\$	»	950\$
Apêndices — anual, 850\$				

A estes preços acrescem os portes do correio

O preço dos anúncios é de 22\$50 a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Ministério da Educação e Cultura:

Decreto-Lei n.º 183/78:

Cria cursos de bacharelato em vários estabelecimentos de ensino superior.

Ministério da Habitação e Obras Públicas:

Decreto-Lei n.º 184/78:

Aprova a lei orgânica da Junta Autónoma de Estradas (JAE).

Despacho Normativo n.º 153/73:

Altera a redacção da alínea b) do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 237/77, de 15 de Dezembro, que constituiu a Comissão Consultiva Urbanística.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 183/78

de 18 de Julho

Considerando que em muitos dos novos estabelecimentos de ensino superior criados pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, se encontram já em pleno funcionamento, mediante simples despachos de autorização, exarados ao abrigo das chamadas experiências pedagógicas, cursos de formação em diversos ramos científicos, todos conducentes à obtenção de bacharelatos;

Atendendo a que, sem prejuízo do que futuramente se vier a determinar quanto à estrutura dos cursos a professar nos mesmos estabelecimentos de ensino e aos graus académicos a conferir no seu âmbito, se torna necessário institucionalizar os referidos cursos, de harmonia com a forma legal prevista no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 769-B/76, de 23 de Outubro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São reconhecidas como válidas as experiências pedagógicas levadas a cabo, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março, nos estabelecimentos de ensino superior abaixo indicados, ficando, por consequência, neles instituídos os seguintes cursos de bacharelato:

1 — Universidade de Aveiro:

Engenharia Electrónica;
Engenharia Cerâmica e do Vidro;
Ciências do Ambiente;
Cursos de formação de professores em:

Matemática;
Física e Química;
Ciências da Natureza;
Português-Francês;
Francês-Português;
Português-Inglês;
Inglês-Português.

2 — Universidade do Minho:

Engenharia Têxtil;
Engenharia Metal-Mecânica;
Engenharia de Produção;
Línguas Vivas e Relações Internacionais;
Cursos de formação de professores em:

Francês-Português;
Inglês-Português;
Ciências da Natureza;
Matemática;
Ciências Sociais.

3 — Instituto Universitário dos Açores:

Administração e Contabilidade;
Produção Animal;

Produção Vegetal;
Cursos de formação de professores em:

História;
Matemática/Físico-Química;
Físico-Química/Matemática;
Ciências Naturais/Geografia;
Geografia/Ciências Naturais;
Português-Francês;
Português-Inglês.

4 — Instituto Universitário de Évora:

Planeamento Biofísico;
Produção Animal;
Produção Vegetal;
Extensão Rural;
Gestão de Empresas Agrícolas;
Ciências Sociais;
Tecnologia de Materiais.

5 — Instituto Politécnico da Covilhã:

Engenharia Têxtil;
Administração e Contabilidade;
Cursos de formação de professores em:
Físico-Química;
Matemática.

6 — Instituto Politécnico de Vila Real:

Produção Animal;
Produção Agrícola;
Produção Florestal.

Art. 2.º — 1 — A partir do ano lectivo de 1978-1979 não são permitidas matrículas ou transferências nos e para os cursos referidos no artigo anterior, sem prejuízo, quando tal se justifique, da sua reformulação em cursos de licenciatura na mesma área científica e da criação de novos cursos.

2 — Os mesmos cursos deixarão de ser ministrados no final do ano lectivo de 1980-1981.

Art. 3.º As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação deste diploma serão esclarecidas por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. —
Mário Soares — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Promulgado em 30 de Junho de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

~~~~~

## MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### Decreto-Lei n.º 184/78

de 18 de Julho

1. A orgânica e o sistema de funcionamento dos serviços da Junta Autónoma de Estradas (JAE), bem como a carência de meios humanos de que enferma o seu actual quadro de pessoal, fazem com que este organismo só com extrema dificuldade responda à realização da missão que lhe incumbe no domínio

do planeamento, construção e conservação da rede rodoviária do País.

É por de mais evidente a necessidade de o Governo se manter atento à definição de uma política de infra-estruturas rodoviárias que não só obste à situação difícil em que se encontram, mas se evite o pior, que será o de se caminhar, dia a dia, para uma deterioração assustadora do estado das estradas nacionais. E se tal facto não é ainda mais palpável, isso se deve ao esforço excessivo e desgastante do pessoal que serve na JAE, situação que urge corrigir, sob pena de ruptura a breve prazo.

Concretamente, a deficiente coordenação dos serviços, a manifesta inadequação da sua orgânica, a insuficiência de quadros e a falta de mecanização tornam a JAE incapaz de responder às exigências de eficácia e de operacionalidade indispensáveis ao cumprimento das tarefas actuais e futuras que justificam a sua existência.

2. Impõe-se, assim, a reformulação das leis reguladoras da JAE, designadamente dos Decretos-Leis n.ºs 35 434, de 31 de Dezembro de 1945, 48 498, de 24 de Julho de 1968, 605/72, de 30 de Dezembro, e 771/76, de 25 de Outubro, com vista a dotá-la dos meios técnicos e humanos indispensáveis e a libertá-la das suas deficientes ligações internas, determinantes de um lento funcionamento dos serviços.

A reestruturação da Junta Autónoma de Estradas visa, fundamentalmente, a adopção de uma nova estrutura, uma adequada descentralização dos serviços e sua regionalização e a correcção dos respectivos quadros de pessoal.

3. Entre outras medidas, convém destacar como órgãos e serviços novos:

- a) O Conselho Consultivo, que permitirá ao presidente e ao Conselho Directivo tomarem as resoluções mais adequadas ao desenvolvimento da rede rodoviária nacional, em perfeita articulação com os diversos sectores públicos directamente relacionados;
- b) A Direcção dos Serviços Gerais e a Direcção dos Serviços de Administração, que terão a seu cargo, em especial, as tarefas de natureza administrativa e financeira, por forma a corresponder às exigências determinadas pela reestruturação dos serviços, nomeadamente em consequência do alargamento da autonomia;
- c) O Gabinete de Planeamento e Programação (GPP), em que se transformou o actual Gabinete de Estudos e Planeamento, o Gabinete de Organização e Informática (GOI), a Assessoria Jurídica e o Serviço de Relações Públicas, que dotarão a JAE de meios de apoio indispensáveis a um melhor funcionamento dos serviços.

4. Com vista a promover uma adequada descentralização dos serviços e sua regionalização, são criadas direcções de serviços regionais de estradas, que se sucedem às circunscrições de estradas, mas com atribuições mais latas e com disponibilidade de meios humanos que permitam corresponder às actuais exigências regionais.